

Eustáquio quer direitos bem definidos na Carta

“A nova Constituição brasileira deve ter como objetivo maior os direitos do cidadão. De nada valerá o reordenamento político-institucional, a fixação dos poderes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, suas respectivas autonomias, se não definir os direitos básicos da Nação como um todo, mas também do indivíduo”. Esta declaração de Eustáquio Santos,

as vésperas da eleição, dão o tom da preocupação do candidato da coligação PMDB-PS, com a nova Carta Constitucional. Segundo ele, a Nação deve ter preservados o direito de expressão, de idéias, opinião, participação e fiscalização dos atos públicos. “Ao homem, à mulher, aos idosos, às crianças, devem ser definidos direitos básicos, de preservação dos espaços urbanos, trabalho, habita-

ção, saúde, educação, transporte, cultura, lazer”.

Eustáquio lembra do dever de todos os futuros constituintes para que a nova Carta dê definições claras dos deveres do Estado, no cumprimento dos direitos básicos do cidadão, já que “a nova Constituição não pode ser apenas uma coletânea de teses eruditas e solenes, mas distante da problemática nacional”.